

## **CADÊ AS MARIAS? PESQUISAS, LICENCIATURAS E EDUCAÇÃO BÁSICA: HISTÓRIAS DE AFRICANAS PARA UM CURRÍCULO DECOLONIAL.**

Cristiane Batista da Silva Santos  
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

**Resumo:** Como (re) aproximar produção acadêmica e educação básica? Este trabalho discute os desafios e possibilidades inserir os milhares de marias das pesquisas e produções acadêmicas oriundas de dissertações e teses em adaptações e propostas didáticas para inseri-las na Educação Básica. A discussão aqui encetada é fruto de três contextos: a docência nas licenciaturas de História da África, Pedagogia e História; a pesquisa sobre africanas em diferentes tipologias de fontes documentais e por fim as atividades realizadas com licenciandos em História e Pedagogia, sobretudo nos relatos oriundos do PIBID, estágios e observações nas unidades escolares. A metodologia consequentemente é de natureza qualitativa, pesquisa-ação e análise das tipologias documentais para seriação, transcrição e “adaptação didática”. Destarte, toma como recorte para esta discussão os gêneros textuais em que pululam narrativas sobre africanas no período Colonial evidenciando possibilidades reais de abordá-las a partir das suas histórias em gêneros textuais como cartas, relatos, inventários, cartas de alforria, testamentos e denúncias. Tais aspectos possuem caráter geográficos, históricos, econômicos, linguísticos de gênero, sexualidades, religiosidades, práticas culturais e valores que reafirmam a luta antirracista e a aplicabilidade real da lei 10.639/3003 em tempos de racismos, preconceitos e feminicídios como demandas atuais.

**Palavras-chave:** Africanas, Currículo. Ensino.

Cadê Maria preta jeje, mina, angola ou outras africanas ainda ausentes num ensino racista, machista, heteronormativo, judaico-cristão ou eurocentrista? Quantos outros termos expressam as denominações atribuídas nas atuais circunstâncias críticas ao currículo escolar que excluem Marias e outras mulheres que mudaram o curso de suas histórias? Em se tratando da História das Mulheres, a crítica só aumenta: excluídas. Se na contemporaneidade o tema se impõe como urgente em face aos machismos e feminicídios insistentes onde o currículo não dá conta, imaginemos no passado colonial e imperial brasileiros! Sabemos de antemão que não era fácil ser mulher, negra e sobretudo, africana nas terras coloniais da antiga capitania da Bahia. E isto o currículo também não dá conta. Tampouco era fácil viver sob os ditames do universo religioso da América Portuguesa, tão singular e heterodoxo, tão judaico cristão, branco e heteronormativo – com licenças ao uso do termo e do anacronismo -. Logo após a travessia traumática do tráfico transatlântico onde sobreviver era um primeiro passo, novos horrores da escravidão marcariam o cotidiano destas mulheres no Novo Mundo. Mas a não-

passividade delas não é tema na Educação Básica. Elas aparecem muito pouco, no eito, na senzala, na casa-grande ou nos canaviais. Elas não têm nome. Aqui as chamaremos de Maria visto serem maioria nas documentações e símbolo do anonimato persistente.

Nenhuma Maria que dê orgulho ao aluno aparece nas Histórias ensinadas, currículos ou nos livros didáticos. O que escola genericamente aborda é o termo desatualizado: “escravos” numa alusão aos africanos sobretudo homens, e não fazem jus ao poder de ação, reação e reinvenção de si, do empoderamento das Marias escravizadas. Repousam neste silêncio mulheres coloniais como exemplos de lutas atemporais para as populações afrodescendentes contemporâneas.

É função do professor acadêmico ser pesquisador-professor e questionar quais histórias e quais mulheres estão presentes na construção do saber histórico escolar. Em qualquer disciplina da Educação básica há historicamente uma mulher pioneira, escritora, grevista, inventora, autora de leis e motins que fizeram história nas Ciências, da Matemática à História. A pesquisa acadêmica por excelência se faz em contato com fontes vastas e variadas, transcrições, teorizações e debates. Imaginemos como estes documentos não impactariam positivamente se os alunos tivessem acesso às histórias de suas ancestrais africanas que protagonizaram resistências na região? Aliar ensino e pesquisa é seguir na direção decolonial do currículo.<sup>1</sup> As Marias que não conhecemos nos legou saberes que usamos até hoje em chás, plantas, folhas, raízes, rezas, simpatias e curas para moléstias.

Sigamos os passos de algumas delas antes de debatermos a necessidade de interseccionar a pesquisa-acadêmica com o currículo da Educação Básica e tratar tais documentos, como os históricos coloniais, considerando-os gêneros textuais de potencial interdisciplinar numa perspectiva decolonial do ensino. Por hora vigora o silêncio sobre “vários aspectos da condição feminina que variam do século XIX até meados do século XX, elas apenas são citadas como: ama-de-leite, operária, prostituta, solteirona, entre outros” (CUNHA, 2000, 143). E se retrocedermos na periodicidade, tomando o sul da Bahia colonial só para exemplificar e problematizar este texto com mais propriedade, as africanas em situações adversas dão-nos exemplos políticos de luta, autonomia, insurgências, economia e domínios de saberes científicos nas lides com a saúde que nos

<sup>1</sup> Creio que a utilização do termo “decolonizar” em vez de “descolonizar”, explica-se, pois, o primeiro refere-se aos novos estudos atinentes a modernidade/colonialidade, por sua vez, sugere diretamente a discussão da superação do colonialismo.

obriga a pensar no atraso que é ter um currículo eurocêntrico e não decolonial, à luz do que nos propõe a pedagoga equatoriana Catherine Walsh (2009) para quem é preciso uma interculturalidade crítica, amparando uma escrita escolar da história com enorme potência, tanto da crítica quanto da abertura para outras histórias. É possível falar de Marias!

Desse modo, este texto terá dois encadeamentos discursivos: apresentaremos as mulheres, as narrativas e as tipologias documentais e pensaremos em como construir esta ponte entre a academia com excelentes pesquisas e o defasado currículo presente no chão da escola, no texto na mão do aluno, nos planos do professor e nas possibilidades destes documentos adentrarem o currículo, o debate, a releitura e pôr fim a escrita. Sem este dialogismo como ensinar para emancipar? Neste ínterim evocamos desde os postulados de Paulo Freire ao modo como Freitas (1997) destaca como os estudos bakhtinianos ensejavam um entrelaçamento entre sujeito e objeto, tomando por base uma síntese dialética inserida em um universo cultural e histórico. Afinal, os diversos discursos que circulam na sociedade excluem do sujeito seu direito de ser representado positivamente no currículo escolar. São invisíveis :pobres, negras, gays, mulheres, gordas, periféricas ou não-cristãs. Elas não existem nos temas das aulas, mas lotam as carteiras da escola. Engrossam estatísticas de matrícula, aprovação, índices oficiais e dados caros ao Estado. Não estamos esquecendo a Constituição cidadã de 1988, tampouco a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e de lá para cá uma série de decretos e afins, nem PCN'S dos anos 1990 ou a lei 10.639. Em tese existem.

Estamos nos lembrando porem daquelas persistências do hiato entre o professor-pesquisador-doutor atualizado teoricamente, com o *lattes* extremamente poderoso e o aluno distante, guiado a 'manuais escolares 'e preso a um currículo que concebe o saber colonizado, subalternizado, invisibilizado e relegado ao esquecimento, distante de suas pesquisas, a educação básica é setORIZADA.

Os teóricos que dialogam com estas acepções do currículo como Tomaz Tadeu da Silva (2011), Catherine Walsh (2009) coadunam com o modo como pensa Frantz Fanon (1968), sobre o “outro”, isto inclui temas como mulheres africanas seja no passado ou presente , elas são este “outro” não europeu, exótico, estereotipado que foi (re)produzido como ser imbuído de “não existência” que necessita de uma eterna “reeducação” banhada de civilização. É neste ponto que a pesquisa da academia deveria alavancar a educação básica, na releitura destes “outros” do passado empoderando- os no presente.



Este texto é fruto destas confluências: pesquisa acadêmica, docência nas licenciaturas, vivências com alunos-professores em formação repetindo que ainda falta elos entre a pesquisa e o ensino tanto em História quanto em Pedagogia e que ambas são passíveis de construir estratégias visando a construção na base da formação de currículo decolonial. Em tais licenciaturas suas em suas formações destacam-se por dar voz a teóricos como Paulo Freire e Frantz Fanon.

Destarte quando aqui tratamos de uma pedagogia decolonial embasamo-nos no que Walsh (2009) reafirma sobre a dimensão de que educar é um ato político, com potência emancipadora e transformadora. Walsh (2009) ainda ilustra bem de como o uso da ideia de humanização de Freire induz o aluno a ação. Isto pode ser somado à teoria de Fanon que primou naquilo chamado de(s)colonização das mentes e do ensino. Seja como for, encontro suporte neste conjunto de ideias de Fanon, Freire, Walsh e Silva sendo possível afirmar que temos ainda um currículo racialmente problemático. Isto se reverbera e se confirma numa breve consulta aos clássicos que vem sustentando as discussões conceituais sobre currículo e que é de domínio de Giroux (1998), Silva (2011) e Apple (2011).

Neste ínterim, a identidade branca, masculina, católica é a referência socialmente posta e ensinada, tornando invisível de toda a dimensão étnico-racial e obscurecendo intencionalmente mulheres como Marias, de ontem e de hoje. A partir daqui conheçamos Grácia, Anastácia, Luzia, Joana e tantas outras que nos servirão de exemplo e provocação para pensarmos em como elas ainda poderiam ensinar aos alunos modos de ser, viver e lutar. Observemos em narrativas breves a riqueza que pesquisas com fontes coloniais, documentos de acesso difícil exigindo transições paleográficas como é o caso, depois de tratados na pesquisa acadêmica figuram-se como uma grande oportunidade de ampliar o olhar do professor-pesquisador-autor, dotado de um saber específico – o saber docente – que se constitui não apenas pelo conhecimento teórico da ciência histórica e pedagógica, mas também no (e para) o exercício da profissão docente.

### **Histórias de Marias: africanas que deveriam ser contadas na sala de aula**

Na antiga Capitania de Ilhéus abordaremos o período de vigência da Santa Inquisição e de como uma instituição europeia conseguia entremear e controlar vários cenários, que ia do quadro maior da Inquisição à cena cotidiana dos lugares mais ermos em todos os territórios submetidos à Coroa. Isto se realizava através de denúncias sobre

supostas bruxarias, pecados e pactos com o demônio que são tão antigas quanto as primeiras povoações com seus moradores cristãos.

Não foi à toa que Luís Mott (1989) dedicou-se a estudar uma gama de pecados e heresias de toda sorte na região sul baiana, condutas heterodoxas em questão de fé e sexualidade. Posteriormente a seus estudos, uma nova série de denúncias, fontes inéditas, foram digitalizadas e disponibilizadas nos fólios arquivados na Torre do Tombo nos Cadernos do Promotor<sup>2</sup>, - este era o que poderíamos chamar de responsável pela acusação e de apurar os delatores, cartas, emitir mandados de prisão<sup>3</sup> -.

Esta abertura traria para uma pesquisa iniciada desde 2015 sobre africanos na região, uma vertente singular e inédita que originou o atual projeto de pesquisa<sup>4</sup>, descortinando histórias de mulheres africanas que por suas atitudes mais comuns alimentavam as denúncias de moradores por seus comportamentos. Os cristãos locais ainda que recorressem aos serviços sexuais, de curas, de simpatias para adivinhação, separar ou juntar maridos, seguiam enviando cartas aos vigários locais, nalgumas pedindo anonimato noutras orgulhando-se de assiná-las, mas em conjunto evidenciando histórias de delatores, vítimas e algozes, curandeiros, feiticeiros, ladrões, sodomitas, desordeiros todos sob os olhos da santa madre igreja.

Numa série de cartas, entre homens e cativos em geral, mulheres foram acusadas de crimes variados ali nas fazendas no entorno das vilas. Atentemos que naquele contexto o Santo Ofício estava de olho nestas práticas, e embora Inquisição Lusitana não chegasse a estabelecer um tribunal no Brasil e nem na África, apenas em Lisboa, Coimbra, Évora e Goa, ordenou visitas esporádicas – sendo as visitas de 1591-1595 (Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba), 1618-21 (Salvador e seu Recôncavo). Em paralelo a montagem da sociedade cristã colonial nas Américas, em Ilhéus e Camamu de grande presença africana, a ação do Santo Ofício também legaria uma série de outras heresias a outras mulheres como cristãs velhas<sup>5</sup>, e às negras da terra, as indígenas, que se

<sup>2</sup> Cadernos do Promotor, documentação composta por manuscritos avulsos, organizados na forma de códice, com cerca de 300 a 600 fólios,

<sup>3</sup> Documentos contendo denúncias das mais diversas regiões do império português, agrupadas por certa ordem cronológica disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

<sup>4</sup> Falo do atual projeto de Pesquisa de Dedicção Exclusiva que desenvolvo na UESC intitulado “

<sup>5</sup> Sobre a presença, atuação e perseguição aos cristãos-novos no Brasil já foram realizados inúmeros trabalhos, embora não priorizando os mesmos recortes temporais e as mesmas abordagens : NOVINSKY, Anita. Cristãos-Novos na Bahia: A Inquisição. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

constituíram em registros das pessoas comuns presentes nas denúncias dos Cadernos do Promotor.

Desses documentos podem ser extraídas significativas ilações. Iniciemos por observá-las nos anos de 1638 e 1639 onde acusaram-nas de fazer peçonhas, embruxar crianças, separar ou juntar casais, praticar curas e adivinhações com balaios e ainda, de cometer práticas sexuais em suas amancebias de modo anormal do que era o coito entre casais, a africana matinha relações sexuais “por frente e por detrás, como no caso de Úrsula, uma amante do feitor de uma senzala local de Jacome Faria”.<sup>6</sup> Alguns anos mais tarde, em 1646 o angolano, forro, Domingos Umbata e duas pretas protagonizaram aquele que é considerado o primeiro calundu colonial. Falando em suas línguas africanas, utilizando-se de alguidares de água, folhas e outros objetos, como cruz e o corimã, - que consiste em um subproduto da mandioca - e até uma cascavel<sup>7</sup>. Neste caso a cascavel é como “era chamada uma tornozeleira de guizos, usada nos ritos angolanos para marcar o compasso, mas o dente de onça insinua que elas poderiam estar usando uma propriamente dita, em uma limpeza mais radical” (SILVEIRA, 2006: 179).

Uma testemunha dissera vir ali uma matinada e a palavra “matinada”, no português da época, equivaleria ao mesmo que ruído, barulho etc. Alguns elementos davam um fundo comum às cerimônias do início do século XVIII.

Há muitos elementos que poderiam encetar discussões e temas nesta denúncia, o próprio sobrenome de Domingos, advém de Mbata, uma das seis províncias fundadoras do reino do Congo (SILVEIRA, 2006). Prevalece neste caso a resistência de duas pretas que tentavam amenizar as perversidades que suas senhoras lhe imputavam cotidianamente. Estas resistências estavam no plano religioso, mas não esqueçamos dos motins que envolviam luta física, armada com fugas e armas. Na vila Vizinha, Camamu, em 1692 houve um levante e a vila foi atacada por fugitivos aquilombados, liderado por cinco mulatos, que adentraram a cidade, mataram alguns homens brancos, sequestraram mulheres e crianças e fizeram várias pilhagens nas roças<sup>8</sup>. Mesmo quando a polícia invadia os quilombos as africanas estavam lá, como no caso de Barra do Rio de Contas que “o impacto das duas expedições resultou na prisão de 38 escravos e uma africana

<sup>6</sup> ANTT, Caderno do Promotor 18 (1628-1639), Fls 301-303

<sup>7</sup> ANTT, Caderno do Promotor, 29, Livro 288, fl. 4.

<sup>8</sup> APEB, Ordens Régias, v. 4, 1696-1697, doc. 50, 19.11. 1696.



liberta.”<sup>9</sup> Já era liberta, mas havia se juntado ao contingente masculino fortalecendo a luta.

Foi neste clima conturbado em Camamu, em 1699, foram denunciadas duas africanas. Gracia e Anastácia, ambas do “gentio da Guiné”. Eram escravizadas, o que nos faz, portanto supor que a mesma tivesse uma rotina cheia de afazeres pesados. A despeito de tantas obrigações e limitações da vida do cativo, ambas encontraram brechas, tempo, e curiosamente encontravam-se - apesar da distância de suas senzalas-, solidificando uma amizade e mais do que isso, uma espécie de parceria que lhes demandava tempo para praticarem intensamente atividades que lhes renderiam uma má fama para uns, boa fama para os que eram curados, muitos réis para poupança e o mais importante, uma clientela fiel. Afinal, como conseguiram tempo, espaço e tal fama?<sup>10</sup> Como sabiam curar dos males? Abriram mão das poucas horas de sono para praticarem cirurgias, curas e remédios com ervas, raízes, plantas, rezas e saberes que atravessaram o oceano em suas memórias, sem tratados escritos. Por dominarem as artes das curas foram consideradas feiticeiras e de ter pacto com o demônio. Mas o que a denúncia trazia na prática poderia ser lido por simpatias, adivinhações, beberagens, poções, rezas e orações aos quais se legavam atestados poderes milagrosos. visto que os curados sempre recorriam a seus serviços remunerando-as. As denúncias são cheias de pormenores que normalmente são considerados sem importância, ou até triviais desse cotidiano, mas tem muito a nos revelar. Sim, haviam astúcias, brechas criadas e criatividade, nos lembra Ginzburg (1989).

Embora vivessem no sul da capitania recolhidas em senzalas rurais, suas histórias chegariam até a capital, na Bahia de Todos os Santos naquele de maio de 1699, demonstrando como se processava a multifacetada relação estabelecida entre as estruturas eclesásticas da América portuguesa e o Santo Ofício por intermédio do clero. Ao apurarmos tal denúncia, seus agentes e o *modus operandi* das pecadoras infamadas e tal natureza de seus crimes, a denúncia não diz, mas nos revela como seria subverter a condição de si mesmas saindo de um de mero objeto de trabalho e alçar em paralelo a condição de profissional da saúde e amealhar um pecúlio para certamente a compra das suas alforrias. O valor não era baixo, levando em consideração que à época um escravo

<sup>9</sup> APEB, juízes, Barra do Rio de Contas, maço 2246. Doc. 24/08/1835. “Relatório descrevendo a atuação da Tropa formada para “aniquilamento e destruição” do Quilombo do Borrachudo”. Documento redigido pelo Alferes Guilherme Frederico de Sá Bitencourt.

<sup>10</sup> ANTT, Caderno do Promotor 72 (1697-1701), fl. 326.

de origem africana valia entre 40 e 60 mil réis (SCHWARTZ,1988). Era mais um meio de obter pecúlio com o uso de conhecimentos adquiridos em África, aprimorados com a fauna e flora e os povos indígenas e os portugueses ao seu redor no Novo Mundo. Ou seja, uma mescla de ciência, economia, relações de poder amalgamava ciências diferentes ali. Nesta brecha, um professor-pesquisador atento, elabora propostas curriculares e interdisciplinares: História, Ciências, Química, Sociologia, Linguagem, Geografia, Etc

Naquela região em fins do século XVII a farinha estava sendo produzida a todo vapor e escoada nas sumacas, lanchas e barcos para capital e costa da África. Estas africanas chegavam em número crescente e em paralelo a quantidade de zimbo e farinha que saíam, num movimento dinâmico entre a vasta costa litorânea sul compreendendo as vilas do norte de Valença até as do Sul como Camamu, Marauá e Ilhéus e a costa africana sobretudo Luanda e Angola cotidianamente.

Durante os três primeiros séculos do tráfico para a América Portuguesa foi o nordeste que mais recebeu escravizados procedentes da África, especialmente da Guiné, Angola, Congo e Costa da Mina. Na região em questão, apesar das escravizadas cultivarem mandioca e produzirem farinha para os senhores, cultivam gêneros alimentícios par si, complementares, em parceria de meia e ainda, vendiam comidas, peixes e mariscos, utilizando-se das horas vagas para realizarem serviços nas ruas com a anuência dos seus senhores que recolhiam metade dos seus lucros, ganhando duplamente.

Isto é possível de apreender se pensarmos na forma de Bosi (1995, p. 227) explicar que “[...] foi preciso ir ao fundo das casas, às cozinhas e oficinas, àqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas”. Isto nos permite investigar a memória feminina em diferentes fontes históricas – das teses e dissertações- para em debatê-las na sala de aula.

Seja na formação de professores de História, Pedagogia ou demais licenciaturas, nos explica Aníbal Quijano (2003) que é disto que se trata a “colonialidade do poder/saber” e então passamos a entender a relevância dessas configurações nos processos de “reaprendizagens”. A escravidão vom vem sendo contada reforça a inferioridade e os racismos das populações de ascendência africana que lotam as salas de aula para apreciar currículo europeus em amplo processo de subordinação a Marias como Grácia e Anastácia. Nas senzalas e fazendas onde viviam milhares de outras africanas nos engenhos produzindo farinha, outras fugiram e a esta altura resistiam amocambadas, mesmo que nestes espaços, uma maior proporção entre escravos homens e mulheres,



assim como africanos e crioulos (Schwartz, 1987). Para cada mocambo segundo as devassas sempre existia uma figura feminina que ajudava a manter relações comerciais com os livres brancos da região “comerciavam com eles, fornecendo pólvoras, armas, consertos, ferramentas, e outras coisas que necessitavam”<sup>11</sup>

Mas suas famas correram no sentido de pôr fim às mazelas cotidianas relacionadas a saúde, realizando segundo o delator “pequenas cirurgias”, esquecera ela de que até mesmo picadas de insetos afetavam a senhores e escravizados indistintamente. Logo, eram procuradas por crioulas escravizadas, ávidos jesuítas e portugueses católicos com suas mulheres adoentadas, que sem boticários ou médicos recorriam às práticas mágico-curativas em que as folhas, raízes e plantas certas poderiam amenizar dores com os saberes africanos que conheciam as propriedades científicas das folhas desde a cicatrização ou até complicações pós abortos ou partos.

Nossas duas mulheres pretas e ousadas souberam bem captar o clima dali e ocasião, a falta de médicos e de assistência à saúde, e enquanto isso lhes sobravam saberes africanos sobre cuidados com a saúde acumulados que não se limitavam ao trabalho ou à culinária, mas estendiam-se às crenças, práticas médico-curativas, às perspicácias femininas de sobrevivência em meio aos horrores da escravidão com ervas, plantas, folhas, raízes, sementes. E isto lhes propiciava um lugar social que certamente seria tão condenado por uns quanto procurado por outros que necessitavam sobretudo as mulheres brancas cometidas por males tidos como olhado, doenças do sangue, da pele, do parto. Mas era pujante a influência da Inquisição Portuguesa no Brasil colonial e o caso da denunciada ser escravizada, africana ou crioula naquela região estava ainda mais difícil do que o que já sabemos sobre o que os escravizados suportavam no processo de desumanização sofrido mulheres trazidas forçadamente da África. Carece de explicar: ali há poucos anos atrás, há apenas sete anos para ser mais exato, houvera uma revolta e os senhores estavam desconfiados, atentos, mais rigorosos que nunca. E, no caso, da insurgência capitaneada por duas mulheres negras e escravizadas, o teor do crime seria bem menos tolerado certamente.

Conheçamos mais de Grácia e Anastácia, seus senhores e delatores. Grácia era cativa de Belchior Gonçalves Barbosa, autoridade ilustre local, Juiz Comissário da Vila do Camamu que morava na Barra de Sirinhaém. Como ele poderia ser exposto por tal má

<sup>11</sup> APEB, juízes, Barra do Rio de Contas, maço 2246. Doc. 24/08/1835

fama de sua criada? Já Anastácia era propriedade de Bento Souza e morava noutro termo na Vila, Acaray da Cachoeira. Nesta localidade havia um grande engenho, alambique e produção agrícola.

Mas para elas parecia não haver distancia, uma vez que foram denunciadas lá na capital. Ou seja, a má fama atravessara 80 léguas e foi alvo do Pe. Antão Farias Monteiro, que a esta altura já conseguira este cargo de familiar do Santo Ofício via petição enviada há sete anos antes, em 1692 na mesma época dos levantes dos pretos. Naquele então ele justificara que “em toda a Cidade da Bahia de Todos os Santos não há comissário algum” somado ao fato de que seu irmão já havia galgado ao posto de familiar do Santo Ofício<sup>12</sup>, seria uma distinção se pudesse denunciar e figurar como um bom cristão como pertencente à fidalguia reinol. Desta forma realizou seu intento, era ali seu exercício de colaborador, promover o combate aos desvios da fé católica.

Além do ambicioso, Antão de Faria estaria presente o delator, o religioso da Madre Santa Tereza de Jesus, Francisco Antônio da Conceição que alegando “descargo de sua consciência e Reverencia de Deos denunciava” as africanas feiticeiras de Camamu. Concretizava-se assim a demonização da mulher e as práticas mágicas, consideradas heresias e, portanto, depois de julgadas ainda seriam passíveis de salvação na mesma categoria: feiticeiros, homossexuais, adúlteros. Cada denúncias era uma contingência relevante e, por mais miúda que fosse as rés eram citadas.

Vê-se, portanto, que não eram só as sacas de farinha que embarcavam das ‘vilas de baixo ‘para a capital. Ideias, crenças e imaginários entravam em circulação no mundo material e imaterial conjugados. Foi assim que naquele 08 de maio de 1699 foi formalizado que Grácia e Anastácia estavam fazendo feitiços no sul da capitania e tais práticas eram também utilizadas por homens brancos, cristãos-novos crioulos e mulatos. Diante da doença do corpo, a alma era culpabilizada pela Igreja e com isso Para Siqueira (1978), a necessidade levou os colonos ao hibridismo cultural, tornando o sincretismo religioso a marca da Colônia.

Conforme a denúncia, elas eram publicamente ali reconhecidas como feiticeiras que tinham um pacto com o demônio que atuava sobre elas sendo o mesmo, o cirurgião, que vinha e curava a muitas pessoas através delas. Convenhamos que naquele contexto a imaginação católica era pródiga em demonizar as práticas culturais africanas para além de

<sup>12</sup> IANTT, HSO, Antão, Maço1, doc. 8.

tudo que ocorresse fora dos oragos e capelas. Tal crime deveria ser banido daquela sociedade, a Inquisição precisava impedir a realização de uma enorme e variada gama de costumes e práticas. Segundo o padre Francisco Antônio da Conceição, o denunciante, muitas pessoas as procuravam e elas supostamente ‘fechavam seus corpos’ já que tais pessoas após serem atendidas por elas buscavam não serem atingidas ou feridas por ferro e nem por arma alguma.

Imaginemos o quanto seria tentador e necessário para uma pessoa naqueles idos e ermos ficar sob uma grande proteção numa região de motins onde não faltavam ataques indígenas e africanos amocambados atacando como ocorrera com a revolta local em 1691 e 1692? O fato, a insurreição dos escravizados de grandes proporções, estava ainda tão recente na memória local, uma vez que fora instigada por uns cinco mulatos que assumiram a liderança do movimento e aproximadamente cem negros quiseram tomar a vila para temor do governador geral Antônio Luiz da Câmara Coutinho entre os meses de junho e julho de 1692.<sup>13</sup> Segundo ele os negros mataram alguns homens brancos, sequestraram mulheres e crianças e fizeram várias pilhagens nas roças (MELLO, 2004).

Medo e precaução, marcariam as vilas de Camamu e Ilhéus de 1669.<sup>14</sup> Naquele mesmo bendito ano de 1699 em contraofensiva os índios de Serinhaém estavam sendo utilizados pelos senhores locais para entradas e invadirem e dizimarem escravizados fugidos nos mocambos sob a liderança do sargento-mor Francisco Ramos dos Santos<sup>15</sup>. Era tenso ser africano ali.

O padre denunciante e aos brancos locais temiam justamente esta sedutora possibilidade de proteção espiritual que as pretas ofereciam que os deixasse os pretos destemidos e aos quais a população local estava recorrendo e que não estava circunscrita aos altares sob a tutela da Igreja. Pelo contrário, em seu relato, o denunciante jurava que elas faziam “ pacto com o demônio”, ou seja, estava incutida na mentalidade a ideia erudita da bruxaria que tinha como elementos primordiais a crença em um pacto deliberado com o demônio e claro, segundo o padre, dava por certeza o fato dos ritos ocorrerem nas madrugadas, horas indecentes, com a utilização de fogo nas cerimônias.

<sup>13</sup> Carta para Sua Majestade sobre o levantamento dos negros no Camamu, e paulistas em Porto Seguro. Bahia, 15 de julho de 1692. BNRJ - 1, 2, 33.89.

<sup>14</sup> APEB, Ordens Régias, v. 4, 1696–1697, doc. 50, 19.11. 1696.

<sup>15</sup> “Carta [para] o Padre Superior da Aldeia de S. Miguel de Serinhaem sobre [dar] os índios ao Sargento- mor Francisco Ramos para a entrada dos mocambos da villa do Cairú.” Bahia, 14/1/1699. APEB – Cód. 149, fl. 45v.



A madrugada era o único horário de folga delas. E os escravizados das senzalas vizinhas poderiam usar as canoas ou vir a pé para serem tratados. E mais, o fogo inclusive nos sugere pensar em reminiscências Atlânticas, os sentidos do fogo para alguns povos da África Central como os povos Ovimbundus, o fogo sempre aceso nas suas habitações era símbolo da continuidade da autoridade do chefe religioso (Slenes, p. 243). Na denúncia constava que elas se utilizavam do fogo em “covas cavadas na terra e a crença de que “nem arma alguma” poderiam lhes alcançar”.<sup>16</sup>

É tentador supor que tais ritos além de proibidos, perigosos e ainda assim praticados nas madrugadas seriam características marcante do que o imaginário cristão amedrontava as pessoas sobre a ação de bruxas: elas eram noturnas. Seja como for havia demanda, procuradas por muitas pessoas dali, não descartamos que as detentoras de saberes “mágicos”, ante a fama pública fazia-as requisitadas também pelos Senhores. E, embora a prática tivesse sentidos e conceitos diferentes para os portugueses e para os africanos, a feitiçaria não deixava de ser parte do universo da escravidão de ganho, sendo assim, uma mercadoria a ser explorada por senhores e escravizadas e forras. Mas Grácia e Anastácia bem sabiam que tais práticas eram condenadas pela santa madre igreja que era regida sob as Ordenações Filipinas,<sup>17</sup> o conjunto de leis das colônias portuguesas, tornando-as criminosas seja por serem consideradas mágicas ou mesmo manifestações religiosas, com ritos de origens africanas. Além das curas, as africanas ainda se utilizavam de algo que fugia ao controle total das autoridades locais, “dizem as dtas palavras servindo de horror e escandalo a toda aquella povoação e vizinhança”.<sup>18</sup>

Assim como as pretas de Ilhéus que citamos no início dos textos em 1646, Grácia e Anastácia falavam em línguas africanas e eles desconheciam o teor do que era dito, fugia-lhes do controle, incitava-lhes brechas daquele pecado pelo desconhecimento dos sentidos das palavras ditas. O padre elencou ainda o nome de mais três testemunhas do crime, e é claro, eram senhoras brancas católicas como “a mulher de Ignacio dias gomes e o mesmo seu marido” e ainda outros moradores ilustres, como Geraldo Tavares e Sebastião Gomes.<sup>19</sup> O documento não nos permite inferir há quantos anos Gracia e Anastacia curavam e atendiam aquelas pessoas ali. Mas, o denunciante nos sugere que

<sup>16</sup> ANTT, Caderno do Promotor 72 (1697-1701), fl. 326.

<sup>17</sup> Em 1603, publicaram-se as Ordenações Filipinas, mandadas compilar por Filipe I, que, em Portugal, vigoraram até 1868

<sup>18</sup> ANTT, Caderno do Promotor 72 (1697-1701), fl. 326.

<sup>19</sup> ANTT, Caderno do Promotor 72 (1697-1701), fl. 326.

ambas já tinham uma fama reconhecida, ou seja, não se tratara de um único episódio na madrugada. Havia certo tempo até ser denunciado na capital. Isto nos faz refletir como crenças em torno da magia e feitiçaria faziam parte do imaginário dos homens e mulheres presentes no contexto colonial luso americano (SOUZA,2008) alimentando a circularidade de saberes existentes na colônia. Mas os pecados atribuídos às mulheres não se resumiam aos pactos com o demônio e bruxarias com a alma, o corpo também sofreria se condenadas.

As cartas enviadas para o vigário de Ilhéus com as denúncias sobre a vida amorosa, sexual, ritual e religiosa das africanas deveriam ser analisadas na escola como uma versão relida do que o ensino judaico cristão europeu eurocêntrico e ela impõe e produz intersubjetividades de forma profunda e duradoura (QUIJANO, 2005). Em comum tais fontes tem o fato de que em algum momento na história do sul da Bahia colonial seus nomes figuraram como personagem principal num cenário em que eram consideradas errantes sejam na condição de hereges, bruxas, bígamas, adúlteras ou feiticeiras. Ou seja, ousaram empoderar-se e em nada parecem com as figuras tristes que apenas trabalhavam no eito até a libertação em fins do século XIX. Desde os primeiros registros de suas chegadas seriam as principais suspeitas dos crimes ligados à feitiçaria. O que prova que colônia não era unicamente subserviente católica e branca, tampouco a metrópole centralizada e no controle de tudo, almas e gentes. Aqui se erigiam sujeitos que gozam de privilégios decorrentes dessas ocupações, tais como títulos, tenças, mercês.

As fontes utilizadas como os Cadernos do Promotor e correspondências entre as autoridades religiosas e administrativas apontam mulheres livres ou cativas, sobretudo africanas aos quais foram imputados uma série de pecados e que se ali fora motivo de condenação, aqui podemos compreender como resistências e práticas que atravessaram o Atlântico no seu sangue, memória e ancestralidade.

Conheciam as ervas e plantas e as usavam, saber navegar e usar a geografia litorânea extensa noturna favoreciam o transporte em barcos e canoas. Volto a provocar que uma carta denuncia desta transcrita deve chegar nas mãos do aluno para além do livro didático, e que em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia todos poderiam encontrar um meio de abordar esta mesma carta! Isto não seria compreender na prática que as disciplinas/componentes possuem três eixos denominados de “estruturadores” como a linguagem, ética, pluralidade cultural e a sexualidade? Sendo mais provocadora temas como família, classes sociais, poder e sociedade, dentre tantos

outros cabem num currículo, neste que é um espaço em disputa e repleto de contradições. As histórias de muitas Marias alunas, mães e avós das alunas são exemplos que estes já carregam consigo. Como então oferecer unicamente um currículo escola que esquece de congrega princípios, pressupostos e conhecimentos que balizam certos valores e ideologias (anti)machistas, (anti)racistas e (anti)-feminicidas?

Nos limites deste texto a escolha de tais mulheres, não foi aleatória, mas provocativa. Muitas outras repousam lá na tese, no livro e cabem no currículo (seja ele qual for), pois este constitui-se um artefato político e uma produção cultural e discursiva. Isto é, não dá para separar da realidade pois seu maior vínculo deve ser com a análise e consciência da produção socio histórica do poder questionamento das regras e padrões de verdade, bem como da seleção, organização, hierarquização e avaliação do que é definido como conhecimento ou conteúdo escolar. (JUNQUEIRA, 2012, p. 65). As Marias do passado que conquistaram alforrias, lutas judiciais, construção de pecúlio e mobilidade social deve sair das nossas teses e adentrar o currículo escolar. Afinal como poderíamos ensaiar percursos mais ousados para desaprendermos/reaprendermos sem ir além do prescrito?

As mulheres nunca estiveram ausentes da história, ainda que a historiografia tradicional, durante décadas, as tenha excluído. Elas estão lá entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido pelos alunos no decorrer da sua formação escolar (BITTENCOURT, 2002). A interseção possível entre os resultados de diversas pesquisas das/os estudiosas/os de universidades e uma inserção na licenciatura que por sua vez incidirá na inclusão de temáticas variadas na educação básica e ainda é um longo caminho a ser percorrido. Mas é de demanda urgente. Nesta reflexão aqui apresentada, as pesquisas sobre africanas na Bahia colonial nos exigem discutir apontamentos teóricos que nos permitam pensar gênero, currículo e ensino a partir da História e Pedagogia na participação ativa e relevante das mulheres no currículo. Sabemos que a relação ensino versus Estado sempre esteve marcada pelo com base no patrimonialismo.<sup>20</sup> Ao aliar mulheres africanas, ensino e currículo opto pelo uso do termo mediação, rompendo com a tão costumeira “transposição”. Encontrei em Alice Lopes, - mesmo tratando sobre o ensino de outra disciplina - , em comum a ideia de que transposição pode remeter a noção de um saber que é transposto de fora da escola para dentro dela. E aqui considero

<sup>20</sup> Para maior compreensão ver Raymundo Faoro, “Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro”. Porto Alegre: Globo, 1977



que o processo de transformação do saber a ensinar em saber ensinado é parte da escrita da História escolar, é(re)construção de conhecimento, entendo que o termo mediação evita a sensação de que o conhecimento é produzido fora da escola (Lopes, 1997). Ou melhor, dialoga com o que os alunos já trazem consigo. Na teoria, nossas pesquisas e teses deveriam ter como foco investir na melhoria da educação básica. A partir de dados relatados por docentes, licenciandos participantes do PIBID, alunos das licenciaturas de História e pedagogia que atuam na educação básica conclui-se sobre o hiato persistente e preocupante.

Na prática, teses e livros excelentes aguardam leitores específicos. Salas de aula lotadas aguardam transposições que aproximem o currículo oficial, do oculto, do real e do necessário. Neste caso, as histórias de mulheres negras que resistiram, trabalharam, nunca foram passivas ou incapazes, rompem com o silenciamento sobre gênero, escravidão, empoderamento, antirracismo que ainda prevalecem nos planos de cursos da educação básica. Ou, por vezes elegem uma semana da consciência negra somente em novembro ou na Literatura, tem aparecido alguns como Carolina Maria de Jesus como se isto, ocasionalmente, inserisse todo o currículo da educação básica na discussão e luta cotidiana contra os muitos racismos.

Neste jogo de forças, Silva (2011) chama a atenção para dois níveis de relações de poder que envolvem diretamente o processo de seleção cultural no currículo. O primeiro é o fato de que selecionar um conteúdo já é um ato de poder, e o segundo é que os conhecimentos que nos informam e que ensinamos conseqüentemente são frutos de relações de poder inseridos em epistemologias específicas. Nos acostumamos a reverenciar uma bibliografia do “Sul”<sup>21</sup> conforme (Boaventura, 2010) e assim não lemos ou inserimos as pesquisas dos colegas pesquisadores-professores nos nossos programas de curso. Se currículos são narrativas, quais histórias queremos contar? Afinal por meio deles construímos e produzimos narrativas e nisto reside nossa postura de professor-pesquisador e a escolha se as narrativas são sobre as Histórias não contadas, o que em conjunto aponta para proposta de uma pedagogia decolonial, dentro de uma noção de interculturalidade crítica. Não basta diagnosticar as diferenças, mas a partir do currículo

<sup>21</sup> Não tem como não evocar as ideias de Boaventura de Sousa Santos discutidas em Epistemologias do Sul. Para o autor paira sobre as epistemologias um padrão de hierarquização no qual, tal qual nas culturas, as epistemologias também foram suprimidas com o processo de colonização e portanto nos lembra da necessidade de um diálogo e de um resgate de outras formas de saberes.

denunciar a assimetria social de poder na construção social das diferenças, “desaprender o aprendido para tornar a aprender” (Walsh, 2008, p.12)

## REFERENCIAS

APPLE, Michael W. Paulo Freire, Critical Pedagogy and the tasks of the critical scholar/activist. In. Revista e-curriculum, v. 7, n. 3, p. 1-21, dez. 2011.

BITTENCOURT, C. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2002. p.69-90

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São. Paulo; Editora Cortez. 2010. 637páginas

BOSI, Eclea. As outras testemunhas. In: DIAS, M. O. L. da S. (Org.). Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.

CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. Hist. Ensino, Londrina, v.6, p.143, out. 2000. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2019.

FAORO, Raymundo Faoro. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977.

FANON, Franz. Os condenados da terra. Editora Civilização Brasileira, RJ, 1968.

FREITAS, M. T. A. Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível. In: Brait, B. (Org.) Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. São Paulo: Unicamp, 1997.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

GIROUX, Henry. Paulo Freire e a Política de Pós-Colonialismo. In. MCLAREN, Peter; LEONARD, Peter; MOACIR, Gadotti (Orgs.). Paulo Freire: poder, desejo e memórias da libertação. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. Revista Educação Online, PUC-Rio, n. 10, p. 64-83, 2012.

LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (orgs.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOTT, Luiz. Inquisição em Ilhéus. Revista FESPI, Ilhéus, nº 10, jul.-dez 1988-1989.

NOVINSKY, Anita. Cristãos-Novos na Bahia: A Inquisição. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: E. LANDER. A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 246 p., 2005.

SANTOS, Lara de Melo. Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVI. Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. 1987 “Mocambos, Quilombos e Palmares; a resistência escrava no Brasil Colonial”. Estudos Econômicos, São Paulo, 17(2): 245-95.

\_\_\_\_\_. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVEIRA, Renato da. O Candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de ketu. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SLENES, Robert Wayne Andrew. Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta No Brasil. REVISTA USP, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.

SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In.: CANDAU, Vera Maria (org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: documento eletrônico, 2009.

### SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Nome do Autor 1

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos, CEAO-UFBA; Professora do DCIE da UESC; Coordenadora do Projeto de Pesquisa “SUJEITOS DO ATLANTICO:HISTÓRIAS DE AFRICANOS PARA CONTAR NA SALA DE AULA” E-mail: [tianebat@hotmail.com](mailto:tianebat@hotmail.com)